

CADERNOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: constituição, conteúdos e difusão de modelos para a formação do orientador educacional (1960-1962)

Educational Guidance Notebooks: constitution, contents, and dissemination
of models for the formation of educational counselors (1960-1962)

Cuadernos de Orientación Educativa: constitución, contenidos y difusión
de modelos para la formación del orientador educativo (1960-1962)

WALNA PATRÍCIA DE OLIVEIRA ANDRADE*, JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

*Autora correspondente. E-mail: walnaandrade77@gmail.com.

Resumo: Este artigo examina a produção, a composição, o conteúdo e os modelos de orientação educacional nos *Cadernos de Orientação Educacional* da CADES. 24 cadernos foram identificados, catalogados e transformados em fontes. A análise revela a estratégia do MEC para implementar a orientação nas escolas, com o objetivo de que essas ações melhorariam a integração dos adolescentes nos contextos escolar e social e aprimorariam o ensino secundário. Destaca-se ainda a recepção de princípios de orientação educacional advindos dos modelos norte-americano e francês. Os Cadernos promoveram a mediação entre as teorias e a prática de orientação educacional, disseminando conhecimentos, visando à formação do profissional para atuar como orientador educacional.

Palavras-chave: CADES; ensino secundário; impressos pedagógicos.

Abstract: This article examines the production, composition, content, and models of *Educational Guidance in the Educational Guidance Notebooks* by CADES. 24 notebooks were identified, cataloged, and transformed into sources. The analysis reveals the strategy of Ministry of Education and Culture of Brazil to implement guidance in schools, based on the belief that such actions would improve the integration of adolescents into school and social contexts and enhance secondary education. The reception of educational guidance principles from American and French models is highlighted. The notebooks promoted the mediation between theories and practice of educational guidance, disseminating knowledge, aiming at the formation of the professional to act as an educational adviser.

Keywords: CADES; secondary education; pedagogical publications.

Resumen: Este artículo examina la producción, composición, contenido y modelos de orientación educativa en los *Cuadernos de Orientación Educativa* de CADES. 24 cuadernos fueron identificados, catalogados y transformados en fuentes. El análisis revela la estrategia del Ministerio de Educación y Cultura de Brasil para implementar la orientación en las escuelas, basada en la convicción de que dichas acciones mejorarían la integración de los adolescentes en los contextos escolar y social y fortalecerían la educación secundaria. Se destaca la recepción de los principios de orientación educativa provenientes de los modelos norteamericano y francés. Los cuadernos promovieron la mediación entre teorías y prácticas de orientación educativa, difundiendo conocimientos para formar profesionales capacitados para actuar como orientadores educativos.

Palabras clave: CADES; educación secundaria; impresos pedagógicos.

INTRODUÇÃO

No âmbito das propostas ou ações que tinham o propósito de desenvolver o ensino secundário brasileiro, sobretudo por meio da formação de recursos humanos para atuar nas escolas, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), órgão do Ministério da Educação e Cultura, entre os anos de 1960 a 1962, publicou e colocou em circulação os *Cadernos de Orientação Educacional* (COE), que tiveram como finalidade difundir ideais para contribuir com a formação dos profissionais envolvidos com a orientação educacional. Esses Cadernos foram eleitos como fonte para a elaboração deste artigo, que tem como objetivo analisar o lugar de produção, a composição e o conteúdo e os modelos de orientação educacional dispostos nesses impressos pedagógicos.

Criada por meio do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, tinha como finalidade a promoção de cursos de aperfeiçoamento e de produção de materiais destinados aos profissionais da educação envolvidos com o ensino secundário. Especificamente relacionado à formação e à difusão de preceitos da orientação educacional, a CADES produziu e difundiu 24 livretos intitulados *Cadernos de Orientação Educacional* (COE), objetos de análise deste artigo.

Com os profissionais envolvidos com a orientação educacional no ensino secundário como público-alvo, a CADES promoveu a distribuição dos Cadernos e realizou cursos relacionados ao tema nas regiões do Brasil. Entre outras estratégias, a divulgação dos Cadernos e dos cursos foi feita através das ações das Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário, sediadas nos estados, órgãos que agiam como ‘pontas de lança’ (Pinto, 2008) na implementação das ações da CADES.

Boa parte dos textos que integraram os *Cadernos de Orientação Educacional* havia sido apresentada em conferências sobre orientação educacional nos fins dos anos 1950 e passaram a circular nesses impressos entre 1960 e 1962. Nesse período de produção dos textos e/ou circulação dos Cadernos, o ensino secundário era, no início, regulado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário e estava organizado em dois ciclos: o primeiro, denominado de curso ginásial, com duração de quatro anos; e o segundo, que compreendia os cursos clássico e científico, realizado em três anos (Decreto nº 4.244, 1942). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, que substituiu a Lei Orgânica, disciplinou o Ensino Secundário, inserindo-o na ‘Educação de Grau Médio’, ou ensino médio, mantendo os ciclos ginásial e colegial (Lei nº 4.024, 1961).

Além da existência dessas duas legislações que regulamentaram o ensino secundário em âmbito nacional, o período de produção dos *Cadernos de Orientação Educacional* (COE) também foi marcado pelas discussões – ocorridas ainda no transcorrer dos anos 1950 –, a respeito da necessidade de renovação desse ramo de ensino, a qual teria como finalidade uma ampliação do público e mesmo a formação

de professores e de outros profissionais para atuar nas escolas que ofereciam o curso secundário (Braghini & Bontempi, 2012; Dallabrida, 2014).

Segundo Dallabrida (2014, p. 409), o “[...] modelo pedagógico renovador [...]” do ensino secundário, no decorrer da década de 1950, foi capitaneado pelas ações lideradas por Anísio Teixeira, na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e pela Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura. De acordo com o autor, a parceria do INEP com a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) resultou na criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que realizou investigações a respeito do ensino secundário brasileiro objetivando o seu aperfeiçoamento, a sua renovação e a ampliação do acesso (Dallabrida, 2014).

As discussões sobre a orientação educacional receberam contribuições de intelectuais da educação ligados ao movimento denominado de Escola Nova desde os anos de 1920, sobretudo relacionadas à psicologia aplicada à educação, conforme as formulações de Lourenço Filho (Monarcha, 2001). Essas contribuições permearam as propostas em torno da implantação do Serviço de Orientação Educacional (SOE) nas escolas brasileiras, em relação às suas finalidades, à forma de agir dos orientadores educacionais e às publicações relacionadas a essa formação. Assim, por meio da Associação Brasileira de Educação (ABE), Lourenço Filho, Faria Góes, Abgar Renault e Gustavo Capanema formularam os objetivos e a conceituação da orientação educacional expressos na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Santos, 1959). Na exposição de motivos dessa lei, Gustavo Capanema destacou os parâmetros da orientação educacional para o ensino secundário. Segundo ele:

A orientação educacional deverá estar articulada com a administração escolar e o corpo docente, para cujas organizações o projeto estabelece os preceitos essenciais. O conjunto constituirá, em cada escola secundária, o organismo coordenado e ativo, capaz de assegurar a unidade e a harmonia da formação da personalidade adolescente (Decreto-Lei nº 4.244, 1942).

A instituição da orientação educacional nas escolas secundárias estava em consonância com a finalidade atribuída ao ensino secundário pela Reforma Capanema de promover a “[...] formação da personalidade adolescente [...] formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo constitui finalidade de todas espécies de educação” (Decreto-Lei nº 4.244, 1942). Assim, a orientação educacional foi tomada como um serviço escolar que contribuiria para o estudo do agir dos estudantes, indicando os ‘ajustamentos’ necessários e os ‘aconselhamentos’ vocacionais à escolha profissional.

Contudo, a Lei Orgânica do Ensino Secundário não definia qual seria a formação específica dos profissionais que atuariam no SOE das escolas de ensino secundário

(Decreto nº 4.244, 1942). Apenas indicava, de forma geral, que tanto os orientadores educacionais quanto os demais professores deveriam receber uma formação em cursos superiores apropriados.

Conforme Santos (1987), a realização do 1º simpósio nacional organizado pela CADES, em 1957, pode ser tomada como um marco inicial para a organização dos orientadores educacionais como categoria profissional, momento em que se buscou “[...] definir o conteúdo da Orientação Educacional, bem como delimitar seu campo de ação” (Santos, 1987, p. 21). A lei que regulamentava a formação do orientador educacional só foi promulgada em 1968, indicando que esse profissional deveria ter formação superior em pedagogia, com habilitação em orientação escolar, e deveria cumprir os papéis de educador, de conselheiro pedagógico e de investigador das relações dos alunos nos ambientes tanto escolar quanto familiar (Lei nº 5.564, 1968).

Quanto às pesquisas educacionais, o proposto neste artigo se insere no âmbito dos trabalhos da história da educação, especificamente aqueles que tomam como objeto determinados materiais ou dispositivos pedagógicos impressos (Catani & Bastos, 2002; Catani & Faria Filho, 2002; Galvão et al., 2012) e que se interessam pela compreensão de produção, circulação, representações, apropriações e materialidades dos impressos de acordo com a abordagem historiográfica de Roger Chartier (1991). A análise proposta neste artigo é resultante de operação historiográfica (Certeau, 2002), a qual identificou, levantou, catalogou, digitalizou e transformou em fontes os 24 *Cadernos de Orientação Educacional*, pertencentes aos acervos da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP – FEUSP e da Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ¹.

A partir desse *corpus* documental, como questão, a análise circunscreveu a composição e as proposições disseminadas nos Cadernos, visando à formação, às funções e aos modos de agir do orientador educacional, bem como à circulação e/ou às apropriações dos modelos norte-americano e francês. Nesse sentido, a delimitação do objeto levou em consideração que a pesquisa historiográfica não pretende escrever “[...] uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens” (Certeau, 2002, p. 87).

Para cumprir a propositura estabelecida neste artigo, além da introdução, o presente texto está dividido em quatro partes. Na primeira, intitulada ‘Lugar de produção dos *Cadernos de Orientação Educacional*, busca-se compreender os Cadernos na condição de impressos pedagógicos produzidos e divulgados pela CADES em prol da formação dos orientadores educacionais para atuar nas escolas secundárias e as indicações do perfil dos autores desses Cadernos. Na segunda, com o título ‘Materialidade, composição e conteúdo dos *Cadernos de Orientação Educacional*, o texto direciona o campo de análise para a materialidade, a composição e o conteúdo

¹ Na primeira, foram identificados vinte e dois *Cadernos de Orientação Educacional*, e na segunda, os Cadernos de números 5 e 15.

dos Cadernos, na condição de impressos pedagógicos. Na terceira parte, denominada 'Circulação de modelos de Orientação Educacional nos Cadernos', é identificada e discutida a circulação de proposições originadas dos modelos norte-americano e francês nos *Cadernos de Orientação Educacional*. Por fim, estão expostas as considerações finais.

LUGAR DE PRODUÇÃO DOS CADERNOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Considerando que “[...] os materiais que os historiadores tomam para fontes históricas também foram produzidos, em sua época, a partir de um lugar que precisa ser compreendido e decifrado pelo historiador” (Barros, 2020, p. 21), buscou-se perquirir a respeito do lugar de produção dos *Cadernos de Orientação Educacional*. Os Cadernos foram situados como “[...] material pedagógico impresso” (Panizzolo & Warde, 2022, p. 1), produzidos pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, entre os anos de 1959 e 1965, dentro do propósito da CADES, qual seja, promover a ‘renovação’ do ensino secundário.

Inserida na estrutura do Ministério da Educação, a CADES foi instituída pelo governo de Getúlio Vargas, sob a responsabilidade da Diretoria do Ensino Secundário, na gestão de Armando Hildebrand. A campanha tinha como finalidade o aprimoramento e a eficácia do ensino secundário a fim de elevar a formação dos estudantes secundaristas, considerando as condições e as necessidades reais da comunidade em que a escola estava inserida. Além disso, visava promover a expansão do acesso de jovens brasileiros a esse nível de ensino (Decreto nº 34.638, 1953).

Dessa forma, a CADES traçou, como ações a serem implementadas, a distribuição de bolsas de estudos e a promoção de cursos e estágios de especialização e de aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores; a elaboração de material didático e de formação dos agentes educativos; a organização de missões culturais, técnicas e pedagógicas; a difusão de projetos de instalações do prédio escolar (Decreto nº 34.638, 1953). Especificamente com relação à orientação educacional, a CADES delineou como finalidade “[...] incentivar a criação e o desenvolvimento de serviços de orientação educacional nas escolas de ensino secundário” (Decreto nº 34.638, 1953).

Ao analisar a trajetória da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, Diana Couto Pinto (2008) expõe a compreensão sociológica de Máximo Augusto Campos sobre a CADES. Da concepção inicial desse autor, Pinto (2008, p. 153) apresenta quatro momentos da trajetória da CADES, ou seja, “[...] do anúncio à implantação; consolidação e expansão; renovação administrativo-pedagógica; e declínio e desaparecimento”.

É na segunda fase, correspondente ao período de 1956-1963, que ocorreu a publicação dos *Cadernos de Orientação Educacional*, fase em que o Diretório do Ensino Secundário estava sob o comando de Gildásio Amado. Na sua gestão, “[...] ampliou-se a ação da Campanha, abrangendo todo o ensino secundário e difundindo-se por todas as regiões do País, concretizando os objetivos constantes do Decreto nº 34.638/53 que a criou” (Pinto, 2008, p. 159). Além da publicação dos COEs, na segunda fase (1956-1963), a CADES também promoveu a circulação de conteúdos relacionados à orientação nas escolas secundárias do país, utilizando “[...] cursos radiofônicos, encontros e simpósios, a concessão de auxílio financeiro às faculdades de filosofia que oferecessem cursos de formação de orientadores educacionais [...]” (Pinto, 2008, p. 159).

Os *Cadernos de Orientação Educacional* (COE) se inserem, portanto, nos objetivos da CADES, isto é, buscavam promover a circulação de material direcionado à formação de técnicos e administradores da educação escolar, sobretudo, promovendo a disseminação das ideias e a criação dos serviços de orientação escolar nas escolas secundárias. Esses impressos pedagógicos buscavam instrumentalizar a atividade de orientação educacional nas escolas e a formação desses profissionais, como disposto nas legislações educacionais do período.

Do instituído nas duas legislações educacionais (Decreto nº 4.244, 1942; Lei nº 4.024, 1961) que trataram do ensino secundário no Brasil no contexto das atividades da CADES e da produção dos Cadernos, observa-se uma continuidade da ênfase legislativa em impor a obrigatoriedade da orientação educacional nas escolas e da formação de profissionais para atuar nessa atividade. A Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto nº 4.244, 1942) tratou do tema no capítulo denominado ‘Da orientação educacional’, estabelecendo diretrizes para a implementação da orientação educacional nas escolas de ensino secundário, que teria como finalidade auxiliar os estudantes em seu progresso escolar e na escolha da profissão. Para isso, dever-se-ia “[...] ministrar esclarecimentos e conselhos” (Decreto nº 4.244, 1942) em coordenação com as famílias. A orientação educacional também deveria colaborar com os professores para garantir a eficácia dos trabalhos escolares dos alunos, promovendo atividades complementares e garantindo um ambiente propício para o estudo, a recreação e o descanso.

A partir de 1961, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, 1961), no seu capítulo ‘Da orientação educativa e da inspeção’, que passou a tratar da formação do orientador educacional e das condições para o exercício profissional. Nesse sentido, determinou que os orientadores educacionais seriam habilitados por meio de cursos especiais, de acordo com o nível e o ramo de ensino e as exigências do meio social. Quanto aos orientadores do ensino secundário, a Lei estabeleceu que caberia às faculdades de filosofia promover um curso especial de formação dirigido a esses profissionais, acessível a licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia, ciências sociais, graduados em educação física e inspetores federais de ensino, com ao menos três anos de experiência no ensino secundário (Lei

nº 4.024, 1961). Seguindo as diretrizes oriundas da legislação, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário tratou de organizar eventos e de produzir e divulgar materiais impressos para nortear o trabalho de profissionais da educação envolvidos com a orientação educacional. Dentro dessas ações é que se inserem a produção e a divulgação dos *Cadernos de Orientação Educacional*.

A pesquisa identificou que os autores e autoras dos Cadernos acumulavam experiências por terem apresentado cursos, conferências e publicado livros ou artigos a respeito da orientação educacional. Entre os exemplos estão Aracy Muniz Freire, autora do Caderno de número 12, que havia escrito e publicado a primeira obra nacional sobre orientação educacional, intitulada *A orientação educacional na escola secundária*. Maria Junqueira Schmidt, autora dos Cadernos de números 1, 9, 17 e 23, foi uma grande divulgadora da orientação educacional brasileira por meio de conferências e artigos sobre o tema. Essa autora também atuou na CADES ministrando cursos, incentivando a criação de serviços de orientação educacional nas escolas do país e recrutando professores para se especializarem e exercerem o cargo de orientador (Nerici, 1976). Fany Mallin Tchaikovsky, autor do Caderno de número 4, havia publicado, em coautoria com Stanley Kruzyna, especialista americano em serviço no Brasil, um manual de orientação educacional inspirado nas concepções americana e francesa (Santos, 1959). Laís Esteves Lofredi, autora do Caderno 10, desde o ano de 1958, dedicava-se à orientação educacional nas classes experimentais do Colégio de Aplicação da UFRJ (Lucio, 2022; Lofredi, 1959; Vieira, 2023).

No conjunto de autores e autoras dos 24 Cadernos, é importante notar a presença de professores e/ou intelectuais católicos, ou mesmo de sacerdotes da Igreja Católica. O padre e doutor em psicologia Antonius Benko (1920-2013), nascido em Pècs, na Hungria, naturalizado brasileiro, que trabalhou na PUC-Rio entre 1957 e 1975, e nessa Universidade criou o Centro de Orientação Psico-Pedagógica, em 1960, foi autor dos Cadernos de números 6, 11 e 18 (Antonius Benkö..., 2013; Benko, n.d., 1960a, 1960b). Cândido Padin (1915-2008), autor dos Cadernos de número 7 e 24 e coautor do de número 19 (Padin, n.d., 1962; Padin et al., n.d.) era um monge beneditino com formação em direito, filosofia e teologia, que se tornaria bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, e bispo diocesano de Lorena e de Bauru no estado de São Paulo (Vieira, 2008). A intelectual católica Maria Junqueira Schmidt era “[...] professora de francês, escritora, historiadora de biografias de mulheres da nobreza nacional. Fez parte do Conselho Superior da Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (1931)” (Maria Junqueira..., n.d.), e foi autora dos Cadernos de números 1, 9 e coautora no de número 23 (Schmidt, 1960a, 1960b).

A ligação desses autores com a Igreja Católica, em parte, explica o viés de ‘aconselhamento’ (Padin et al., n.d.) presente nos textos dos Cadernos, em geral, pautado na moral católica. Justifica também o interesse na promoção de um ‘ajustamento’ das virtudes no adolescente com relação ao “[...] plano humano e no

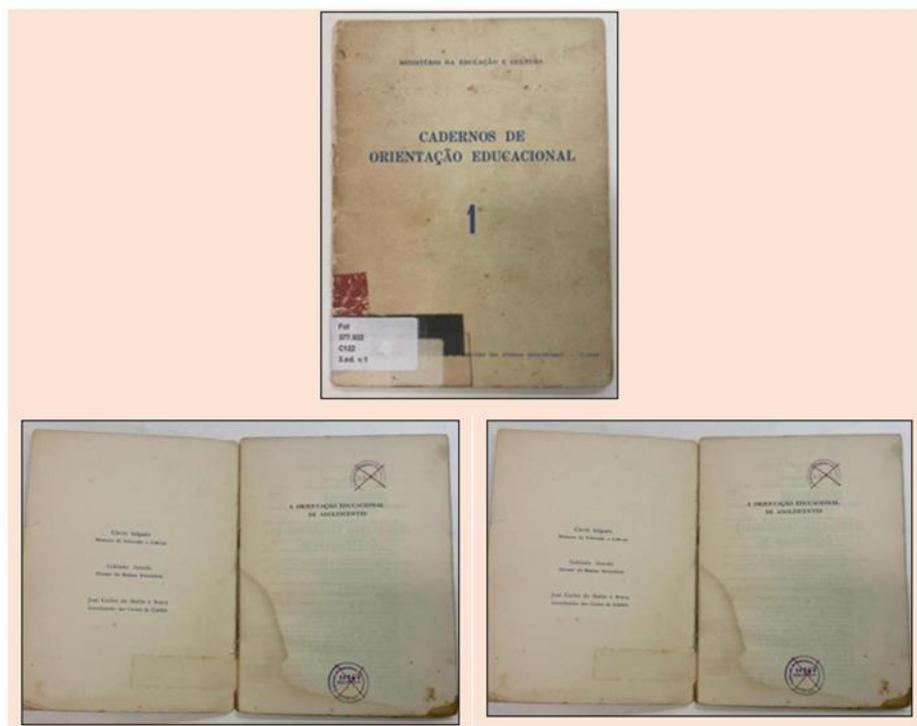
plano sobrenatural” (Schmidt, 1960a, p. 9), ou ainda a promoção de “[...] disposições e hábitos nos alunos” (Benko, 1960a, p. 15), segundo a educação cristã.

MATERIALIDADE, COMPOSIÇÃO E CONTEÚDO DOS CADERNOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Com base na proposição de Chartier (2002, p. 62) sobre a mediação cultural, ou seja, os textos “[...] não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção dos seus significados [...]”, buscou-se identificar aspectos da materialidade dos Cadernos.

Os *Cadernos de Orientação Educacional* (COE) foram identificados, portanto, como materiais pedagógicos impressos compostos por textos com linguagem clara, direta e propositiva, sem o uso de ilustrações. Eles apresentam o formato de pequenos livretos, com as dimensões de 18,5 cm x 13,5 cm, impressos por meio de composição mecânica em papel comum. A quantidade de páginas varia conforme o número do Caderno, oscilando entre 10 e 42 páginas. As capas destacam o número do Caderno e contam com a indicação do Ministério da Educação e Cultura e da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário como responsáveis pela publicação. Nas contracapas, são informados os nomes do Ministro da Educação e Cultura em exercício no ano da publicação e, em todos os 24 Cadernos, o nome de Gildásio Amado, diretor do Ensino Secundário, e de José Carlos de Mello e Souza, coordenador dos cursos da CADES. Estão indicados ainda o título do Caderno e a autoria.

A maioria dos Cadernos não apresenta informações sobre a gráfica que os confeccionou. Aqueles que apresentam essa informação indicam a Olímpica Editora, a Compositora Gráfica Lux Ltda. e a Conquista – Publicações Ltda., todas com sede no Rio de Janeiro. A figura 1 apresenta imagens das capas e contracapas do Caderno de Orientação Educacional nº 1.

Figura 1 – Capa e contracapas do Caderno de Orientação Educacional nº 1 (1960)

Fonte: Schmidt, 1960a. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP – FEUSP.

Na apresentação do primeiro número do Caderno de Orientação Educacional, Gildásio Amado, na condição de diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação, ressalta que a proposta do impresso é promover o estudo do problema da implantação e do desenvolvimento da orientação educacional nas escolas de ensino secundário. Consoante o diretor, essa era uma ação necessária diante do fato de a atividade de orientação educacional praticamente inexistir nas escolas secundárias do Brasil, ou ser realizada de forma “[...] empírica e assistemática” (Amado, 1960, p. 5). Desse modo, os Cadernos se somavam a outras iniciativas promovidas pela CADES a fim de fornecer subsídios e diretrizes para a prática da orientação educacional nas escolas, além de favorecer a formação dos profissionais envolvidos no trabalho.

As outras iniciativas da CADES foram a promoção do 1º Simpósio de Orientação Educacional, realizado em São Paulo, em julho de 1957; as Jornadas de Estudos para Diretores, organizadas em São Paulo, Porto Alegre e no Distrito Federal, nas quais foram realizadas sessões especiais de estudos sobre a orientação educacional; mesas-redondas, que ocorreram em Curitiba e Florianópolis, para diretores e professores locais, dirigidas por equipes de especialistas enviadas pela CADES; aulas sobre orientação educacional difundidas para professores em colaboração com o Serviço de Radiodifusão do Ministério da Educação e Cultura; e as semanas de conferências dedicadas a esse tema que aconteceram em São Paulo e no Distrito Federal (Amado, 1960).

Logo no Caderno de número 1, a Orientação Educacional de Adolescente para o ensino secundário foi definida como um ‘serviço’ integrado ao programa escolar, que deveria buscar a fundamentação científica para promover o “[...] desenvolvimento das virtualidades do indivíduo, no plano humano como no plano sobrenatural, utilizando para tantas técnicas adequadas e atuando por meio da personalidade do Orientador” (Schmidt, 1960a, p. 10). Algumas dessas ‘técnicas adequadas’ estavam entre os objetivos dos Cadernos. Nessa definição de orientação educacional, observa-se que, embora os autores e autoras procurassem fundamentar cientificamente as suas proposições, muitas vezes, acabavam por indicar uma prática de orientação pautada em preceitos religiosos. Havia por isso uma ênfase na ‘virtualidade do indivíduo’ no ‘plano sobrenatural’ (Schmidt, 1960a) e outros apelos à moral de base cristã (Freire, 1960). Os Cadernos definiam que cabia ao Serviço de Orientação Educacional:

- a) levar o educando a realizar plenamente sua vocação, ajustando-o à escola, à família, e à sociedade;
- b) incluir hábitos salutarres de higiene física e mental, capacitando o educando a empregar de modo significativo seus lazeres;
- c) cultivar os interesses vitais dos adolescentes, isto é: religião, ideias, esporte, integração social, sexo oposto, artes, profissão etc.
- d) desenvolver a formação do caráter e do civismo;
- e) obter aproveitamento escolar satisfatório, auxiliando os professores na solução das dificuldades de aprendizagem (Schmidt, 1960a, p. 9).

Os *Cadernos de Orientação Educacional* (COE) abordam problemas relacionados à formação de profissionais envolvidos com a orientação educacional nas escolas, bem como aspectos curriculares que poderiam contemplar essa formação. Em seus volumes, são apresentados conceitos, objetivos e fundamentos da orientação educacional. Além disso, esses materiais destacam a importância do preparo técnico dos profissionais e da formação da equipe e das relações com a comunidade escolar, conforme evidenciado nos títulos dos Cadernos (Quadro 1).

Os cadernos também exploram experiências de orientação educacional em outros países, as especificidades do trabalho com adolescentes, a educação sexual e a necessidade de integrar o Serviço de Orientação Educacional das escolas à direção escolar, aos professores, aos estudantes e às famílias. Discutem ainda o papel da orientação educacional nas atividades extracurriculares, nos serviços médicos escolares e na recreação (Castro, 1959; Brito, 1960; Carbonnet et al., 1962; Ribeiro, 1960; Schmidt, 1960a, 1960b).

A seguir, o Quadro 1 apresenta a relação dos *Cadernos de Orientação Educacional* levantados e analisados com a indicação de autoria, título e ano de publicação.

Quadro 1 – Relação dos *Cadernos de Orientação Educacional* produzidos pela CADES

Nº	Autor(a)	Título	Nº do Caderno	Ano
01	Maria Junqueira Schmidt	A orientação Educacional de adolescentes	01	1960
02	Maria de Lourdes S. Pereira	Fundamentos Filosóficos da Orientação Educacional	02	1960
03	Doris de Mello Brito	Relações do orientador com o diretor e professores, com o aluno e sua família.	03	1960
04	Fany Tchaicowsky	Orientação Educacional e a Experiência Americana – Conferência apresentada no 1º Simpósio de Orientação Educacional em São Paulo – julho 1957	04	[n.d.]
05	Mere Alphonse Corbonnet	A orientação educacional e a experiência francesa. Conferência proferida no 1º Simpósio de Orientação Educacional realizado em São Paulo em julho de 1957	05	[n.d.]
06	Pe. Antonius Benko	Preparo Técnico e Condições de Estágio – Conferência apresentada no 1º Simpósio de Orientação Educacional em São Paulo – julho de 1957	06	[n.d.]
07	D. Cândido Padin	Objetivos da Orientação Educacional – Conferência apresentada no 1º Simpósio de Orientação Educacional em São Paulo – julho de 1957	07	[n.d.]
08	Emília de Mello Ribeiro	Diretrizes para a Orientação Educacional nas Escolas Médias – Conferência pronunciada na 1ª Jornada de Diretores, de Porto Alegre, 1957	08	1960
09	Maria Junqueira Schmidt	Orientação Educacional e Educação Sexual	09	[n.d.]
10	Lays Esteves Lofredi	Atuação do Orientador junto ao Adolescente – Conferência proferida na Semana de Orientação Educacional do Distrito Federal	10	1960
11	Pe. Antonius Benko	Convivência e Integração da Orientação Educacional na Escola Secundária – Conferência proferida na 1ª Jornada de Diretores de Porto Alegre	11	1960
12	Aracy Muniz Freire	Orientação Educacional	12	1960
13	Lais Esteves Loffredi Herádio Conduru Pinto Marques Aroldo Soares Pinto Rodrigues Maria Aparecida Carvalho do Vale Tereza Pontual Pinto de Lemos	A Atuação do Serviço de Orientação Educacional junto aos Alunos: individualmente ou em grupo – Trabalho apresentado no 3º Simpósio de Orientação Educacional	13	1958

Nº	Autor(a)	Título	Nº do Caderno	Ano
14	Noemi Nogueira Meire de Castro	Relações do Serviço de Orientação Educacional com a Direção da Escola, com o Corpo Docente, com a Família do Aluno e a Sociedade – Trabalho apresentado no 2º Simpósio de Orientação Educacional pela 3ª Comissão de estudos	14	1959
15	Herádio Conduru P. Marques	Orientação Educacional e a Direção da Escola Secundária – Trabalho apresentado no 3º Simpósio de O. E.	22	1961
16	Adevenir de Souza Lima	A Equipe do Serviço de Orientação Educacional, Elementos Integrantes, Função e coordenação – Trabalho Apresentado no 3º Simpósio de Orientação Educacional	16	[n.d.]
17	Maria Junqueira Schmidt	O Adolescente na Escola – Conferência proferida no ‘Encontro de Educadores’, de Belo Horizonte, em fevereiro de 1959	17	1960
18	Pe. Antonius Benko	A personalidade do adolescente - Conferência proferida no ‘Encontro de Educadores’, de Belo Horizonte, em fevereiro de 1959	18	1960
19	Cândido Padin, Enzo Assi, Maria Nazareth Moura, Oswaldo Barros Santos	Posição da Orientação Educacional na Escola Secundária: Princípios básicos	19	[n.d.]
20	Newton Sucupira	A Orientação Educacional e o Problema da Educação Social – Trabalho apresentado no 3º Simpósio de O. E.	20	1961
21	José Dinko Mravak	Reflexos da família na personalidade dos filhos	21	1961
22	Pe. Herádio Conduru P. Marques	Orientação Educacional e a Direção da Escola Secundária – Trabalho apresentado no 3º Simpósio de O. E.	22	1961
23	Mere Alphonse Carbonnet, Lais Esteves Lofredi, João Moura, Halley Bessa, Maria Junqueira Schmit e Maria de Lourdes Souza Pereira	A Orientação Educacional e a Escola – Atividades Extraclasse, Serviços Médicos, Recreação – Trabalho apresentado no 3º Simpósio de O. E.	23	1962
24	Dom Candido Padin	Orientação Educacional e a Escola – Corpo Docente – Trabalho apresentado no 3º Simpósio de O. E.	24	1962

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos 24 *Cadernos de Orientação Educacional* (COE) analisados.

Os *Cadernos de Orientação Educacional* (COE) de números 1, 2, 3, 9 e 12 (Quadro 2) reúnem publicações oriundas das aulas sobre orientação educacional transmitidas pelo Colégio do Ar – Rádio Ministério da Educação e Cultura, através do serviço de radiodifusão. Nesses números, são abordados temas fundamentados em um viés religioso e em princípios e técnicas do modelo de orientação educacional norte-americano. Os temas abordados nesses Cadernos são destacados no quadro 3.

Quadro 2 – *Cadernos de Orientação Educacional* resultantes de aulas do Colégio do Ar – Rádio Ministério da Educação e Cultura

Nº	Número do COE	Assuntos abordados
1	1	Histórico e definição da orientação educacional; Personalidade e tarefas do orientador educacional.
2	2	Aspectos que influenciam o trabalho de orientação: a pessoa do orientador e do orientando; os fins e meios utilizados para alcançar a orientação educacional.
3	3	Relações dos orientadores educacionais, considerando os binômios: orientador-alunos, orientador-diretores, orientador-professores e orientador-famílias.
4	9	O papel do orientador educacional na educação sexual.
5	12	O orientador educacional: requisitos técnicos, personalidade, vida particular, higiene mental, satisfação no trabalho e o orientador ideal.

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme Brito (1960), Freire (1960), Pereira (1960), Schmidt (1960a, n.d.).

Além dos cinco números dos *Cadernos de Orientação Educacional* resultantes de aulas transmitidas pelo programa Colégio do Ar (quadro 3), a maioria dos Cadernos teve origem em apresentações realizadas em conferências sobre orientação educacional, promovidas entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. Os textos publicados nos Cadernos, derivados dessas comunicações, refletem a estratégia do Ministério da Educação e Cultura, por meio da CADES, de ampliar a disseminação das ideias debatidas nesses eventos entre os profissionais envolvidos com a orientação educacional nas escolas de ensino secundário. Esses encontros, promovidos pela CADES, tinham como propósito o intercâmbio de experiências dos orientadores educacionais em suas respectivas escolas, e discutiam os aspectos relacionados à formação e à prática profissional.

O 1º Simpósio de Orientação Educacional definiu a orientação educacional como um serviço permanente, que deveria ser organizado com base científica e técnica, cujos objetivos eram o melhor ajustamento dos alunos à vida escolar e à realização vocacional. Esses objetivos continuaram presentes nos eventos seguintes, a exemplo do 3º Simpósio de Orientação Educacional, que, em conformidade com a questão do ‘ajustamento’ dos estudantes, promoveu a discussão no sentido de que deveria haver a união das forças que influenciavam a formação do indivíduo, no caso, a família e a escola. No Encontro Nacional de Educadores foram discutidas as atribuições do orientador educacional e a conclusão foi a de que esse profissional deveria coordenar o programa geral da escola com a vida da comunidade e da família do aluno, a fim de

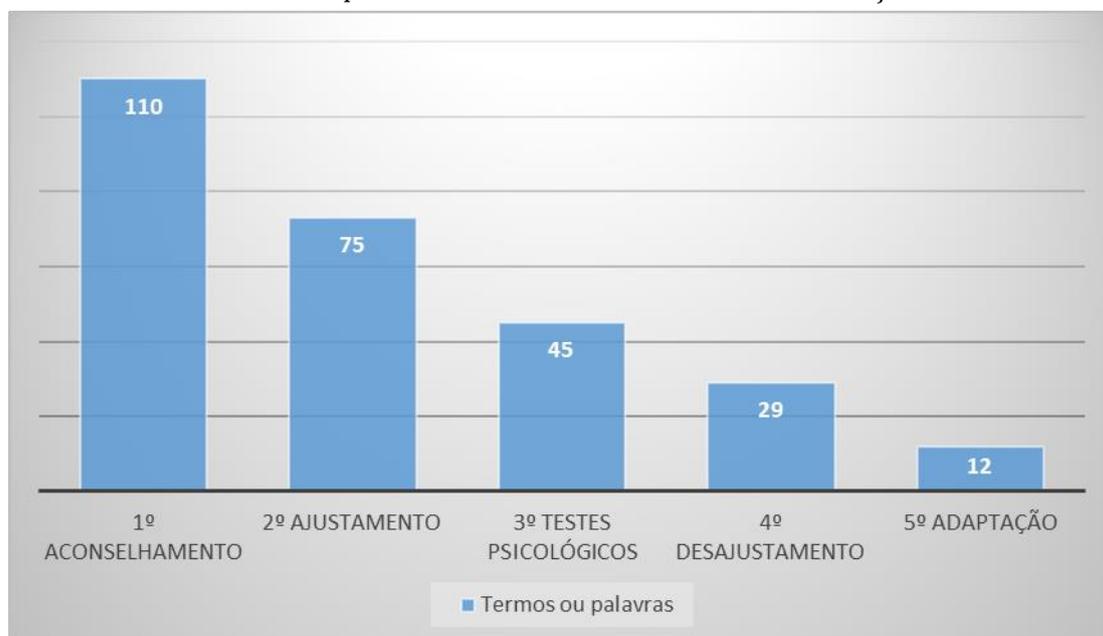
integrar todas as influências educativas, reforçando a discussão ocorrida anteriormente, no 3º Simpósio de Orientação Educacional, e que foi reafirmada no 3º Seminário Nacional de Orientação Educacional (Grinspun, 1976, Santos, 1987).

CIRCULAÇÃO DE MODELOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NOS CADERNOS

Analisando o conteúdo divulgado nos Cadernos, identificou-se o uso recorrente de palavras ou termos que circulam nos textos dos Cadernos (gráfico 1) e indicam representações (Chartier, 1991) do orientador educacional como o profissional ligado ao aconselhamento e ao ajustamento da personalidade dos estudantes aos propósitos do sistema escolar. Para a construção do gráfico, foi realizado um processo de leitura exploratória de todos os Cadernos, com o objetivo de identificar padrões terminológicos recorrentes, ou seja, um levantamento das palavras mais frequentes, especialmente aquelas que indicam diretrizes sobre o papel e as práticas dos orientadores educacionais.

A partir desse procedimento, elaborou-se uma listagem com os termos mais recorrentes, organizados conforme a frequência no *corpus* analisado. O Gráfico 1 apresenta esses resultados, evidenciando as palavras mais mencionadas nos textos e demonstrando como o discurso sobre o papel do orientador educacional é construído nos *Cadernos de Orientação Educacional*.

Gráfico 1 – Termos ou palavras recorrentes nos *Cadernos de Orientação Educacional*



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de levantamento realizado nos *Cadernos de Orientação Educacional* (COE).

O emprego dessas palavras ou termos (gráfico 1) nos textos dos *Cadernos de Orientação Educacional* apontam indícios de como os autores se apropriaram de ideias a respeito da orientação educacional originárias dos modelos norte-americano e francês. De forma específica, esses modelos foram temas de dois números dos Cadernos, o de número 4 e o de número 5, respectivamente (Carbonnet, n.d.; Tchaicowsky, n.d.), nos quais os autores indicam de forma direta a recepção (Warde, 2020) desses modelos, que também fica perceptível nas produções bibliográficas de autores americanos e franceses referenciados nos Cadernos (Benko, 1960a; Loffredi et al., 1958; Freire, 1960; Lofredi, 1960; Padin et al., n.d., 1962).

De uma forma mais geral, na exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto nº 4.244, 1942), Gustavo Capanema, ao defender a importância da orientação educacional na educação secundária brasileira, deixa transparecer um apreço pelo modelo norte-americano de orientação (Decreto-Lei nº 4.244, 1942). O primeiro manual direcionado ao trabalho dos orientadores educacionais, publicado no Brasil no ano de 1952, foi inspirado na *Educational Guidance* (concepção americana) e na *Psychologie Scolaire* (concepção francesa), da orientação educacional. Essas concepções constituíram a base da orientação educacional brasileira e, apesar de serem operativamente distintas, estavam assentadas numa mesma concepção de sociedade, na qual os sujeitos devem se ajustar a determinadas bases psicológicas (Kumm, 2009; Santos, 1959).

A orientação educacional brasileira teve início, conforme o modelo norte-americano, no campo específico da orientação vocacional, com a recepção marcante do aconselhamento. Nesse sentido, o Caderno de número 4, intitulado 'A orientação educacional e a experiência americana', é resultado de uma conferência apresentada no 1º Simpósio de Orientação Educacional, ocorrido em 1957, na cidade de São Paulo, proferida por Fany Malin Tchaikovsky, especialista em orientação educacional pela *City University of New York* (Tchaicowsky, n.d.), em que o autor discorre a respeito do desenvolvimento, conceitualização, serviços e treinamentos da orientação educacional nos últimos 25 anos (período anterior à referida conferência) nos Estados Unidos.

Segundo Tchaikovsky (n.d., p. 7), “[...] a saúde do aluno, a integração satisfatória na vida familiar, a cidadania, a vocação, o uso adequado do lazer, a formação do caráter e a aquisição de técnicas fundamentais [...]” foram os pontos basilares que contribuíram para o desenvolvimento do Serviço de Orientação Educacional nos Estados Unidos. Ainda conforme o autor, no ano de 1938, foi estabelecido o *Occupational Information and Guidance Service* (Serviço de Orientação e Informação Profissional), que adotou como definição de orientação o “[...] processo que visa ajudar o indivíduo a descobrir e usar suas aptidões em adição ao indispensável treinamento especial, a fim de que ele possa viver e trabalhar com mais vantagem para si e para a sociedade” (Tchaicowsky, n.d., p. 8).

De acordo com Tchaicowsky (n.d.), a partir do ano de 1946, ocorreram investimentos financeiros do governo americano para o treinamento de orientadores educacionais e dos demais profissionais necessários para o funcionamento do Serviço de Orientação. Esses serviços de orientação americanos defendiam a orientação como um trabalho escolar a ser desenvolvido por um profissional capacitado, envolvendo todos os profissionais da escola.

Por essa razão, os orientadores educacionais deveriam auxiliar os alunos em questões sociais e emocionais, na elaboração de programas de estudo e oferecendo aconselhamento em casos de fracasso escolar, bem como orientando-os sobre estudos futuros. Além disso, deveriam aconselhar os alunos na escolha profissional e ajudá-los na inserção no mercado de trabalho. O conjunto dessas concepções são objetivamente apresentadas e defendidas para a operacionalização do modelo de orientação educacional a ser aplicado nas escolas secundárias brasileiras (Tchaicowsky, n.d.). Ainda de acordo com Tchaicowsky (n.d.), a implantação e o desenvolvimento da orientação educacional nas escolas norte-americanas seguiam os seguintes princípios gerais:

O aluno é o centro de consideração e deve ser tratado como um todo;
O planejamento profissional e educacional é uma necessidade comum; a necessidade de uma consulta a um psicólogo pode ser aconselhável somente a alguns alunos;

Orientação para todos os alunos. Todo o aluno, na escola, necessita de certos serviços do programa de orientação. O aluno “normal” merece toda atenção, no sentido de conhecer suas possibilidades e limitações;

O Serviço de Orientação trabalha com a participação e cooperação de professores, orientadores, e outros membros do corpo de funcionários e o apoio integral do diretor da escola. Orientação não é um serviço que se possa ser executado somente por orientadores e especialistas;

Os orientadores não tratam da disciplina quando a punição se torna necessária. Um diagnóstico e tratamento recomendável de casos disciplinares podem ser feitos pelo orientador, no que concerne à terapêutica, porém, ele não é responsável nem está ligado a qualquer ação disciplinar que venha a ser tomada (Tchaicowsky, n.d., p. 11, grifo do autor).

O Caderno de Orientação Educacional número 5, intitulado ‘A orientação educacional e a experiência francesa’, cuja autora é a madre Marie Alphonse Carbonnet, apresenta a informação de que, no caso francês, somente em 1947 foi escrito o primeiro texto que trata sobre a psicologia escolar, dentro do Projeto da Reforma de Ensino, publicado pelo Ministério da Educação Nacional. Após a Segunda Guerra, a situação mudou, tanto do ponto de vista social, quanto do escolar. Devido à

multiplicação dos casos de ‘delinquência’, houve um grande esforço no sentido de reeducar as denominadas ‘crianças-problemas’. Nesse cenário, as reformas do ensino passaram incluir a orientação educacional como indispensável (Carbonnet, n.d.).

Entre os franceses, os orientadores educacionais eram designados como ‘psicólogos escolares’, ficando o nome ‘orientador’ reservado para a orientação profissional. Competia a esses profissionais ajudar os alunos nas dificuldades escolares, analisar programas, métodos e materiais de ensino; porém, o serviço não era terapêutico. Para cumprir essas finalidades, os ‘psicólogos escolares’ deveriam ser profissionais que tivessem recebido formação psicológica no decorrer da formação acadêmica (Carbonnet, n.d.). A orientação do modelo francês se desenvolveu como um serviço de psicologia escolar que tinha a finalidade de conhecer o aluno, e o psicólogo escolar era o profissional responsável por esse serviço, sendo o seu trabalho exclusivamente fundamentado na aplicação de testes. A técnica privilegiada nesse modelo era a do aconselhamento diretivo, que está vinculada aos princípios da interação social, que tem como objetivos o ajustamento do aluno ao meio e a remoção dos obstáculos para a sua aprendizagem (Kumm, 2009).

Esse profissional deveria ainda elaborar um dossiê com todas as informações disponíveis sobre o aluno e, a partir desse material, assessorar os familiares e os docentes na tarefa de educar. A ênfase dada aos testes psicológicos pelo modelo de orientação educacional francês com as “[...] provas de despistagens das perturbações caracterológicas; testes de frases para completar, teste da árvore de Koch, desenho de si mesmo e de sua família, sua casa ou desenho livre” (Carbonnet, n.d., p. 16) é por esse motivo justificada. Esses testes e atividades tinham por objetivo investigar a personalidade do discente, assim como identificar obstáculos que poderiam interferir no pleno desenvolvimento intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impressos pedagógicos intitulados *Cadernos de Orientação Educacional* são bens culturais produzidos e postos em circulação pela Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário como parte de uma estratégia do Ministério da Educação e Cultura para disseminar a proposta de orientação educacional entre os agentes da ação educativa envolvidos com os serviços de orientação no ensino secundário brasileiro. A partir da análise desses 24 Cadernos, observou-se as apropriações, e/ou recepções, pelos autores desses impressos, das ideias de orientação educacional, as quais são oriundas dos modelos norte-americano e francês. Esses materiais tinham a finalidade de disseminar conhecimentos teóricos e técnicos que serviriam de base para a formação de profissionais e para o desenvolvimento dos serviços de orientação educacional.

Conforme o modelo norte-americano, prevalecia a visão de que o orientador deveria atuar como um facilitador do desenvolvimento pessoal e vocacional do aluno, preparando-o para uma inserção no mercado de trabalho e na vida adulta. Já segundo o modelo francês, o papel do orientador, ou 'psicólogo escolar', como o profissional capaz de contribuir com a evolução intelectual do aluno, era enfatizado como tendo o objetivo de melhorar o desenvolvimento dos discentes nos estudos, sem descuidar da análise das dificuldades comportamentais desses adolescentes.

Embora com diferenças quanto à finalidade e à operacionalização, ambos os modelos estavam fundamentados na concepção de que competia à orientação educacional agir a fim de promover um 'ajustamento' dos alunos, tanto ao ambiente escolar, quanto ao social, garantindo a sua integração harmoniosa e produtiva ao meio escolar e à sociedade. Essa perspectiva é contemplada pelos *Cadernos de Orientação Educacional* quando propõem uma ênfase no papel de 'ajustamento' e de 'orientação', ou de 'conselhos', para que os alunos seguissem uma 'vocaçãõ' profissional e atingissem um melhor desempenho escolar.

Ao analisar os *Cadernos de Orientação Educacional*, concluiu-se que o perfil idealizado para o orientador educacional era o de um profissional com uma formação ampla e diversificada, ou seja, que acumulasse conhecimentos científicos em educação e psicologia, sociologia, fisiologia e filosofia, aproximando-o de um polímata. Contudo, esse propalado preparo acadêmico encontrava limitações diante da representação do orientador como um modelo de moral cristã e do uso recorrente dos argumentos conservadores e de base religiosa para fundamentar o modo de agir desses profissionais.

Considerado de maneira integral, conforme ideias derivadas do movimento da Escola Nova, o aluno – no caso do ensino secundário, o adolescente – deveria ser o foco principal da atuação da orientação educacional. A esse indivíduo deveriam ser proporcionadas orientações para uma adequação ao planejamento educacional e profissional, bem como orientava-se a promoção de testes pedagógicos ou psicológicos para o conhecimento de sua personalidade e de suas aptidões.

No decorrer dos Cadernos, os alunos são categorizados como normais e ajustados, ou desajustados e anormais. Ambos seriam alvo das ações do Serviço de Orientação Educacional. Para os considerados 'anormais', eram prescritas ações determinadas, inclusive, o acompanhamento psicológico. Embora o orientador pudesse oferecer diagnósticos e intervenções terapêuticas em casos disciplinares, os autores dos *Cadernos de Orientação Educacional* desaconselhavam que esse profissional fosse responsável por aplicar punições ou se envolver diretamente em ações disciplinares.

Os *Cadernos de Orientação Educacional*, publicados pela CADES, revelavam a estratégia do Ministério da Educação e Cultura de efetivar o Serviço de Orientação Educacional nas escolas secundárias, com a convicção de que essas ações de orientação contribuiriam para o aprimoramento desse nível de ensino e favoreceriam a ambiência dos adolescentes nos contextos escolar e social. Por isso, a ênfase na

divulgação desses impressos pedagógicos e a promoção de cursos que propiciavam a mediação entre teorias e prática de orientação educacional, com a finalidade de formação do profissional ‘orientador educacional’, que deveria atuar em cooperação com a administração escolar e com os professores, sem esquecer da interlocução com as famílias dos alunos.

Por fim, a continuidade da pesquisa, direcionando o olhar para a prática dos orientadores educacionais nas escolas, será essencial para desvendar até que ponto as diretrizes prescritas nos Cadernos foram implementadas na cultura escolar. Além disso, será possível perceber também em que medida elas nortearam as atividades desses profissionais nas escolas brasileiras de ensino secundário no decorrer da segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS

Amado, G. (1960). Apresentação. In M. J. Schmidt. *Cadernos de Orientação Educacional nº 1: a orientação educacional dos adolescentes* (pp. 1-2). Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.

Antonious Benkő S.J. (1920-2013). (2013). Núcleo de Memória da PUC-Rio. Recuperado de: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/perfil/saudade/antonius-benko-sj-1920-2013>

Barros, J. D. (2020). *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Vozes.

Benko, A. (n.d.). *Caderno de Orientação Educacional nº 6: preparo técnico e condições de estágio* [Conferência]. 1º Simpósio de Orientação Educacional, São Paulo.

Benko, A. (1960a). *Caderno de Orientação Educacional nº 11: convivência e integração da orientação educacional na escola secundária* [Conferência]. 1ª Jornada de Diretores, Porto Alegre.

Benko, A. (1960b). *Caderno de Orientação Educacional nº 18: a personalidade do adolescente* [Conferência]. In Encontro de Educadores, Belo Horizonte.

Braghini, K. Z., & Bontempi Junior, B. (2012). As reformas necessárias ao ensino secundário brasileiro nos anos 1950, segundo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Educação em Revista*, 28(3), 241-261.

<https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000300012>

Brito, D. M. (1960). *Caderno de Orientação Educacional nº 3: relações do orientador com o diretor e professores, com o aluno e sua família*. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.

Carbonnet, M. A. (n.d.). *Caderno de Orientação Educacional nº 5: a orientação educacional e a experiência francesa*. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.

Carbonnet, M. A., Lofredi, J. M., Schmidt, M. J., & Pereira, M. L. S. (1962). *Caderno de Orientação Educacional nº 23: a orientação educacional e a escola – atividades extraclasse, serviços médicos, recreação* [Trabalho]. 3º Simpósio de O. E.

Castro, N. N. M. (1959). *Caderno de Orientação Educacional nº 12: relações do serviço de orientação educacional com a direção da escola, com o corpo docente, com a família do aluno e a sociedade* [Trabalho]. 2º Simpósio de Orientação Educacional pela 3ª Comissão de estudos.

Catani, D. B., & Bastos, M. H. C. (Orgs.). (2002). *Educação em revista: a imprensa pedagógica e a história da educação*. Escrituras.

Catani, D. B., & Faria Filho, L. M. (2002). Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, (19), 113-128.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100010>

Certeau, M. (2002). *A escrita da história*. Forense Universitária.

Chartier, R. (1991). O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 5(11), 173-191. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>

Chartier, R. (2002). *Os desafios da escrita*. Editora UNESP.

Dallabrida, N. (2014). O MEC-INEP contra a Reforma Capanema: renovação do ensino secundário na década de 1950. *Perspectiva*, 32 (2), 407-427.
<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n2p407>

Decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942. (1942). Institui a Lei orgânica do Ensino Secundário. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.htm>

Decreto nº 34.638 de 17 de novembro de 1953. (1953). Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. (1942). Exposição de motivos.
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>

- Freire, A. M. (1960). *Caderno de Orientação Educacional nº 12: orientação educacional*. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.
- Galvão, A. M., Moraes, D. Z., Gondra, J. G., & Biccias, M. S. (2012). Difusão, apropriação e produção do saber histórico: A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). *Revista Brasileira de História da Educação*, 8 (1[16]), 171-234. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38592>
- Grinspun, M. P. S. Z. (1976). *A importância da orientação educacional no processo educativo* [Tese de doutorado]. Fundação Getúlio Vargas.
- Kumm, A. S. (2009). *Interrogações e exclamações no cotidiano escolar da orientação educacional* [Dissertação de mestrado]. Universidade do Vale do Itajaí.
- Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. (1961). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal>
- Lei nº 5.564 de 21 de dezembro de 1968*. (1968). Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15564.htm
- Lofredi, L. E. (1959). *Relatório do SOE do ano de 1959* (Documentação do Programa de Estudos e Documentação e Sociedade da UFRJ - PROEDES). CAP EXP038 PO40.
- Lofredi, L. E. (1960). *Caderno de Orientação Educacional nº 10: atuação do orientador junto ao adolescente* [Conferência]. In Semana de Orientação Educacional, Distrito Federal. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.

Loffredi, L. E., Marques, H. C. P., Rodrigues, A. S. P., Vale, M. A. C., & Lemos, T. P. P. (1958). *Caderno de Orientação Educacional nº 13: a atuação do serviço de orientação educacional junto aos alunos: individualmente ou em grupo* [Trabalho]. 3º Simpósio de Orientação Educacional.

Lucio, A. M. (2022). *Entre a “panaceia”, a “ponte” e a formação: a orientação educacional na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) nas décadas de 1950 e 1960* [Tese de doutorado]. Universidade Federal do Paraná.

Maria Junqueira Schmidt. (n.d.). Recuperado de:
<https://intelectuais.com.br/catolicos/maria-junqueira-schmidt/>

Monarcha, C. (2001). *Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação: São Paulo, 1922-1933*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Nérici, I. G. (1976). *Introdução à orientação educacional*. Atlas.

Padin, C. (n.d.). *Caderno de Orientação Educacional nº 7: objetivos da orientação educacional* [Conferência]. In 1º Simpósio de Orientação Educacional, São Paulo.

Padin, C. (1962). *Caderno de Orientação Educacional nº 24: orientação educacional e a escola – corpo docente* [Trabalho]. In 3º Simpósio de O. E.

Padin, C., Assi, E., Moura, M. N., & Santos, O. B. (n.d.). *Caderno de Orientação Educacional nº 19: posição da orientação educacional na escola secundária: princípios básicos*. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.

- Panizzolo, C., & Warde, M. J. (2022). Circulação transnacional de livros de leitura e de manuais pedagógicos (entre fins do século XIX e início do século XX). *Cadernos de História da Educação*, 21, e115. <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-115>
- Pinto, D. C. (2008). Campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário: uma trajetória bem-sucedida? In A. W. Mendonça, & L. N. Xavier (Orgs.), *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960* (p. 260). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Pereira, M. L. S. (1960). *Caderno de Orientação Educacional nº 2: fundamentos filosóficos da orientação educacional*. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.
- Ribeiro, E. M. (1960). *Caderno de Orientação Educacional nº 8: diretrizes para a orientação educacional nas escolas médias* [Conferência pronunciada]. 1ª Jornada de Diretores, Porto Alegre.
- Santos, M. A. P. S. (1987). Encontros e congressos brasileiros de orientação educacional: uma instância educativa. *Educação em Revista*, 6, 20-27.
- Santos, O. B. (1959). Da orientação educacional e profissional à “counseling psychology”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 32(75), 94-108. <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/464/101>
- Schmidt, M. J. (n.d.). *Caderno de Orientação nº 9: orientação educacional e educação sexual*. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.
- Schmidt, M. J. (1960a). *Caderno de Orientação nº 1: a orientação educacional de adolescentes*. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.

- Schmidt, M. J. (1960b). *Caderno de Orientação nº 17: o adolescente na escola* [Conferência]. In Encontro de Educadores, Belo Horizonte.
- Tchaicowsky, F. M. (n.d.). *Caderno de Orientação Educacional nº 4: a orientação educacional e a experiência americana*. Ministério da Educação e Cultura. Companhia de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário.
- Vieira, F. (2023). *Serviço de orientação educacional do Colégio de Aplicação da FNFI: o governo dos estudantes das classes secundárias experimentais (1959-1961)* [Dissertação de mestrado]. Universidade do Estado de Santa Catarina.
- Vieira, W. (2008, 29 de janeiro). Dom Cândido Padin, vida no São Bento. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2901200826.htm>
- Warde, M. J. (2020). As voltas que o mundo dá: Brasil, Estados Unidos, Turquia, França, Alemanha nas primeiras décadas do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, 27(3), 336-362. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v28n3p336-362>

WALNA PATRÍCIA DE OLIVEIRA ANDRADE:

Doutoranda e mestre em educação (PPGED/UFS) e graduada em Pedagogia (UFS). É professora concursada da rede pública do Município de Aracaju e do Estado de Sergipe, com atuação no Atendimento Educacional Especializado. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). Atualmente desenvolve pesquisa a respeito do Serviço de Orientação Educacional no Colégio de Aplicação da UFS.

E-mail: walnaandrade77@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6636-3347>

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO: Doutor em História Social (UFBA), Pós-doutor em Educação (UNICAMP), com bolsa de Pós-Doutorado Sênior do CNPq, Mestre em Educação e Graduado em História (UFS). Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe com atuação no Colégio de Aplicação, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UFS) e no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - PQ 2. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS).

E-mail: jtc20111@academico.ufs.br

<https://orcid.org/0000-0002-8826-8137>

Recebido em: 30.10.2024

Aprovado em: 30.01.2025

Publicado em: 23.02.2025

EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:

Carlos Eduardo Vieira (UFPR)

E-mail: cevieira9@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6168-271X>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: três convites; um parecer recebido.

R2: dois convites; um parecer recebido.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Andrade, W. P. de O., & Conceição, J. T. da. (2025). Cadernos de Orientação Educacional: constituição, conteúdos e difusão de modelos para a formação do orientador educacional (1960-1962). *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e359. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e359>

FINANCIAMENTO:

Este artigo é parte de projeto de pesquisa intitulado: Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - UFS (Cemdap), financiado por meio da Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021 e Edital Chamada CNPq nº 09/2022 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa -PQ.

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).